

porventura de maiores atributos, naturalmente soçobriariam. É a anotação criteriosa do decreto-lei que estabeleceu em novas bases o imposto complementar, um dos mais importantes e de mais funda incidência tributária no sistema fiscal agora profundamente reformado.

Depois de uma bem coordenada evolução histórica do imposto em referência, segue-se o texto do código, anotado com minúcia e segurança, marginado por rubricas elucidativas e, por fim, criteriosamente ordenada toda a matéria num índice alfabético e remissivo.

Cremos que são sempre de encarecer trabalhos desta natureza, sobretudo quando se trata, como agora, de disposições legais cheias de inovações para o entendimento das quais não são de mais, portanto, todas as achegas.

MOITINHO DE ALMEIDA, L. P. & GARCIA ANSELMO, LUÍS: *Código de Processo do Trabalho* (Dec.-lei 45.947, de 30-12-1963) — 1 vol. de 96-19 pp., *Jornal do Fôro*, Lisboa, 1964.

Como se anuncia em nota prévia, é este o primeiro volume da «Colecção de Leis Anotadas», que o *Jornal do Fôro* se propõe, em boa hora, dar à estampa.

Insera ele o texto do novo Código de Processo do Trabalho, muito criteriosamente — e com a maior amplitude — anotado por um distinto juiz, o dr. LUÍS GARCIA ANSELMO, e pelo dr. L. P. MOITINHO DE ALMEIDA, advogado de grande reputação, autor já de trabalhos brilhantes que o público da especialidade definitivamente consagrou.

Estes dois nomes garantiram desde logo a excelência — e utilidade — do labor a que se entregaram e lhe assegurou o largo êxito que veio, efectivamente, a conhecer.

Só resta, pois, aludir — e há que fazê-lo com inteiro aplauso — à feliz inovação que o livro representa, no seu aspecto material. Com efeito, o formato — verdadeiramente ideal —, a disposição gráfica do texto e todos os outros pormenores, foram escolhidos de modo a torná-lo manuseável e de pronta consulta, ao invés do que vem acontecendo algumas vezes com as obras deste género saídas dos prelos portugueses.

OLIVEIRA, João Gualberto de: *Batista Cepelos, o cantor do Bandeirismo* — 1 vol. de 38 pp., São Paulo, 1964.

O Autor pertence ao Instituto dos Advogados de São Paulo e o seu nome aparece com frequência nas revistas jurídicas brasileiras, firmando artigos que tangem principalmente assuntos de ética profissional.

Ocorre-nos, p. ex., um, de recente data, sobre os célebres *Manda-*

*mentos do Advogado*, de EDUARDO J. COUTURE, no qual glosa com brilho e pertinente critério os altíssimos conceitos, já tão divulgados, do grande e saudoso processualista uruguaio.

Mas este advogado é também membro activo — e destacado — do Instituto Histórico e Geográfico da capital paulista. E tão honroso atributo explica o seu pendor pelas digressões no passado, de que nos tem dado já, numa boa dezena de escritos, tão saborosas e vivas evocações.

Nas páginas deste livrinho afeiçoa, por um processo dir-se-ia de talho-doce, a curiosa figura de Batista Cepelos, que foi advogado, promotor público, oficial de milícias e poeta de larga ressonância nas rodas literárias do tempo.

Da sua actividade como «bacharel em ciências jurídicas e sociais», pouco nos diz o Autor. Igualmente alude de raspão à sua curta, mas parece que intensa, carreira militar. Prefere, isso sim, estudá-lo como bardo inspirado, apadrinhado por Bilac, que fez chegar aos recantos mais remotos do Brasil a espiral desatada do seu estro.

Como disse o Eça, graciosamente, da de Bulhão Pato, também nós pouco provámos, até agora, da sua poesia, aliás abundantíssima. Porém, pelas pequenas amostras que o seu enternecido panegirista nos dá, facilmente adivinhamos um formoso, visceral temperamento de poeta, que repartiu a cornucópia das rimas, equitativamente, pelos olhos das caboclas e pelos episódios que compõem a epopeia dos bandeirantes...

Como quer que seja, surpreende — custa a acreditar — que esta temática, de tão perturbante feitiço para uma época ainda não distante (Cepelos suicidou-se, por coisas de amor, em 1914) nos pareça agora recuada de séculos, anacrónicamente incompreensível para o clima que vivemos e que é, de facto, um forno demasiado quente para semelhante pastelaria.

O livro, edição do Autor, reveste-se dos primores gráficos que melhor se ajustam à intenção votiva do seu texto.

CASTRO, Aníbal de: *A caducidade na doutrina, na lei e na jurisprudência (Caducidade resolutive)* — 1 vol. de 156-8 pp. Lisboa, 1962.

Propôs-se o ilustre Magistrado, com este seu novo trabalho, contornar com maior nitidez uma das figuras jurídicas mais imprecisas — mais controvertidas, portanto — do nosso direito positivo.

Terá conseguido o seu objectivo? Ou a sua tentativa (que de tentativa adverte o autor se tratar) não clarificou ainda suficientemente a matéria em análise?

Não adiantaria grande coisa quem pretendesse cingir uma obra desta envergadura nos dois gumes da alternativa.

É certo que algumas das implicações do problema ficaram subsis-